

Uma leitura do patrimônio goiano: perspectivas escalares e metodológicas

Luana Nunes Martins de Lima¹

Resumo: O artigo sintetiza as perspectivas escalares e metodológicas que direcionaram a tese intitulada "Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o "esquecimento" e a *resistência*". Além de pesquisa bibliográfica, histórica e documental, a base empírica ocorreu em trabalhos de campo em três cidades goianas, no Centro-Oeste brasileiro. A primeira análise escalar diz respeito à modernização do território goiano, que conduziu ao abandono muitas localidades do patrimônio, mediante a distância econômica e sociocultural em relação às centralidades em desenvolvimento. A segunda escala refere-se ao *lugar*, onde são identificadas as memórias individuais e coletivas associadas a objetos, manifestações culturais, tradições, saberes e localidades nestas cidades. A análise nessas diferentes perspectivas mostraram uma dinâmica própria de *resistência* do patrimônio goiano, que ainda que não permaneça na materialidade, ou não se inclua nos projetos de patrimonialização nacionais, se mantém como valores, práticas e memórias.

Palavras-chave: Patrimônio, Goiás, Escala de Análise, Lugar

Una lectura del patrimonio goiano: perspectivas escalares y metodológicas

Resumen: El artículo sintetiza las perspectivas escalares y metodológicas que dirigieron la tesis titulada "Lugar y memoria: el patrimonio goiano entre el "olvido" y la *resistencia*". Además de la investigación bibliográfica, histórica y documental, la base empírica ocurrió en trabajos de campo en tres ciudades goianas, en el Centro-Oeste brasileño. La primera análisis escalar se refiere a la modernización del territorio goiano, que condujo al abandono muchas localidades del patrimonio, debido a la distancia económica y sociocultural en relación a las centralidades en desarrollo. La segunda escala se refiere al *lugar*, donde se identifican las memorias individuales y colectivas asociadas a objetos, manifestaciones culturales, tradiciones, saberes y localidades en estas ciudades. El análisis en estas diferentes perspectivas mostró una dinámica propia de *resistencia* del patrimonio de Goiás, que aunque no se mantiene en la materia, o no se incluye en los proyectos de patrimonialización nacionales, se mantiene como valores, prácticas y memorias.

Palabras-clave: Patrimonio, Goiás, Escala de Análisis, Lugar

A reading of the heritage of Goiás: scalar and methodological perspectives

Abstract: The article summarizes the scalar and methodological perspectives that guided the thesis entitled "Place and memory: the heritage of Goiás between "forgetfulness" and *resistance*". Besides bibliographical, historical and documentary research, the empirical basis was carried out in fieldwork in three cities of Goiás, in the Center-West of Brazil. The first scalar analysis concerns the modernization of the Goiás's territory, which led to the abandonment of many localities of the heritage, through the economic and sociocultural distance from the centralities in development. The second scale refers to the *place*, where individual and collective memories associated with objects, cultural manifestations, traditions and localities are identified in these cities. The analysis in these different perspectives showed a dynamic of *resistance* of the heritage of Goiás, which although not maintained in the materiality, or is not included in national patrimonial projects, is maintained as values, practices and memories.

Keywords: Heritage, Goiás, Analysis Scale, Place

Recebido: janeiro de 2018. Aceite: março de 2018.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Email: prof.luanunes@gmail.com

1. Introdução

Este artigo sintetiza as perspectivas escalares e metodológicas que direcionaram a pesquisa desenvolvida na tese intitulada “Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o “esquecimento” e a *resistência*” (Lima, 2017). O campo de análise teve como foco as categorias *lugar* e memória e a base empírica ocorreu de forma localizada e aprofundada em três cidades goianas, no Centro-Oeste brasileiro, onde a ocupação e o povoamento deram-se pela mineração: Pilar de Goiás (situada na região do Vale do São Patrício, microrregião de Ceres, no Centro Goiano), Crixás (situada na microrregião de São Miguel do Araguaia, Noroeste Goiano) e Porangatu (Norte Goiano). Partimos do contexto de “esquecimento” em que o patrimônio cultural de muitas cidades em Goiás se insere, como fruto de processos históricos que o marginalizaram.

A compreensão da condição do patrimônio em Goiás, metodologicamente, exige uma percepção que aglutine a história de ocupação, povoamento, “esquecimento” e reestruturação econômica às apreensões e sensibilidades inerentes ao próprio conteúdo do patrimônio hoje – o que pode atender a posições metodológicas díspares, porém, que não são excludentes na análise proposta. Ao contrário, se complementam.

A totalidade envolve uma complexidade de relações sociais que compreendem o espaço como produto histórico de uma sociedade, que também é histórica. Não se pode negar a importância de uma análise multiescalar que situe este patrimônio em um contexto mais abrangente dentro da história e do espaço. Mesmo assim, o patrimônio só pode ser efetivamente dimensionado, considerando as próprias escolhas da população que o detém – nos referimos à construção seletiva da memória social, o que implica em valer-nos das subjetividades inerentes às singularidades locais. Em síntese, a materialidade histórica e a perspectiva existencial devem estar aliadas para a compreensão da trajetória e da situação do patrimônio das cidades goianas.

A dimensão da memória e do patrimônio tem assumido maior espaço no pensamento geográfico das últimas décadas. Embora nossas leituras apontem que, majoritariamente, os estudos sobre o patrimônio pela Geografia brasileira dão foco à análise da (re)incorporação do mesmo à economia política das cidades e às lógicas da economia global. Tais estudos são muito relevantes para compreensão da modalidade do patrimônio como produto cultural e estético que estimulou a refuncionalização turística e o planejamento urbano de muitas cidades (Luchiar, 2005; Paes, 2012). Em

Goiás, essa modalidade foi bastante explorada em estudos de caso nas cidades de Pirenópolis e Cidade de Goiás.

Estudos sobre as políticas culturais que envolvem a constituição de patrimônios históricos e artísticos nacionais, bem como os programas e o papel do Estado e da UNESCO na inscrição de bens na lista de patrimônio já foram bem contemplados na obra de alguns autores, tais como Gonçalves (1996), Fonseca (1997), Chuva (2009, 2012), Lima (2009), Costa e Scarlato (2012), Costa (2015), Paes (2015), Luchiar (2006) e outros. São autores que se dedicaram a uma análise do patrimônio institucionalizado; enquanto nossa proposta esteve direcionada a uma abordagem sobre bens não institucionalizados ou parcialmente institucionalizados, o que vai ao encontro de *patrimônio-territorial* sustentada por Costa (2016). Portanto, o objetivo da pesquisa não foi retomar o fio evolutivo dessas políticas, senão contextualizá-las, de modo a obter o máximo de informações para a configuração de sua influência e significância no tratamento do patrimônio em Goiás.

Vale ressaltar que, para esta investigação, a perspectiva do patrimônio foi marcada pelos lugares efetivos e afetivos da memória, no lugar vivido em sua completude. Isso significa que a memória social abarca a cidade em todas as suas dimensões e não restringe o patrimônio ao que é material e institucionalizado, considerando o que conclui Jodelet (2002, p. 31):

[...] a questão da memória se torna pertinente, uma vez que esta, unindo de forma dialética o passado, o presente e o futuro, pode servir para estabelecer formas de vida sem ruptura brutal, respeitando um presente que encontra sua fundamentação no passado. Esse objetivo vale, especialmente, para o estudo do modo como os indivíduos e grupos se situam dentro de seus espaços de vida e como se ligam a eles – aqui, na cidade.

Em seus estudos, Costa (2015; 2016; 2017) propõe metodologias que, na senda da dialética e do existencialismo, interpreta o *movimento universal* de consagração do patrimônio promovido dentro da relação Estado-mercado, e como esse processo recai em particularidades locais e ressignificação de lugares, trazendo o *sujeito situado* e em *situação espacial* para o debate, em diálogo de métodos. Valendo-se dessa abertura à reflexão geográfica e de métodos sobre o patrimônio, captado pelo movimento da história, aventamos um caminho cuja proposta, desta vez, foi realizar um jogo escalar que contemple as generalidades de um contexto histórico determinante para Goiás e seus

núcleos de povoamento, passando por suas particularidades, a fim de nos deter no “*lugar*”, e aí retratar o patrimônio e a memória a partir das singularidades de algumas cidades do patrimônio goiano.

A pesquisa, inicialmente, marcou os nexos entre a ocupação, o desenvolvimento e o “progresso” de Goiás, numa leitura de seu patrimônio; partiu para uma reflexão mais geral sobre o fenômeno da *resistência*¹, mostrando o sentido e os limites que esta ideia tem para os objetos de pesquisa; buscou identificar o patrimônio que resiste, trazendo à discussão o resultado do trabalho empírico para, enfim, amarrá-lo aos fios teóricos desenrolados desde o princípio.

A primeira análise escalar da pesquisa diz respeito à modernização do território goiano, que conduziu ao abandono muitas localidades do patrimônio, isso mediante a distância, sobretudo econômica, mas também sociocultural, que tais localidades em relação às centralidades em desenvolvimento. O patrimônio goiano é entendido em seu processo, a fim de revelar a essência do que abordamos como “*esquecimento*”. Um olhar dialético busca apreender as formas resultantes desse “esquecimento” a partir das forças contraditórias que as moldaram. Nessa decomposição do processo, encontramos vários pares dialéticos em unidade integrando uma só dinâmica: 1) decadência / reestruturação econômica; 2) atraso / progresso; 3) estagnação / modernização; 4) valorização patrimonial / seletividade do patrimônio. No movimento da história de Goiás, no contexto nacional, estas contradições apresentaram uma lógica essencialmente mercantil e ideológica.

A subjetividade vai ao encontro desse olhar na medida em que há o reconhecimento de que, embora como dado imediato, os sujeitos e suas idiossincrasias fazem parte desse “todo” estruturado, moldado por estas forças. Portanto, suas concepções e consciência de *ser-no-mundo*² são elementos chave para compreendermos, situacionalmente, a condição do patrimônio em Goiás, algo que buscamos pela apreensão da memória.

Por isso, a segunda escala refere-se ao *lugar* nas cidades que consideramos detentoras de um patrimônio vivo e vivido no cotidiano, onde são identificadas as *resistências*. Tendo em vista que essas *resistências* nem sempre estejam no plano do material, tal escala requereu um esforço de abstração que identificasse a intuição³ em movimento. Isso significa que a investigação sobre o que é o patrimônio que resiste está condicionada à compreensão do “mundo” em que este

patrimônio se insere. Fundamentamo-nos na ideia de que o ser é consagrado ao sentido, sendo, portanto, o sujeito entrelaçado ao mundo; e o corpo é o sujeito da percepção, pois é o que percebe, é o que sente, é uma unidade perceptiva viva, e não a consciência concebida separadamente da experiência vivida (Merleau-Ponty, 1999). A leitura do patrimônio, dessa forma, passa pelo crivo da percepção dos sujeitos da pesquisa. Nesse caso, a memória apreendida pelo relato dos sujeitos da pesquisa é a força interpretativa do sentido do patrimônio do *lugar*.

2. A primeira escala de análise: o patrimônio goiano no contexto de sua ocupação, desenvolvimento e reestruturação político-econômica

A análise do espaço urbano oferece uma riqueza de abordagens. Embora tratemos de um elemento específico desse espaço, a saber, o patrimônio em sua expressão singular em determinadas cidades, o estudo lançará mão do arranjo espacial que se reproduz em uma totalidade geográfica. Essa totalidade contextualiza as singularidades locais do patrimônio, de maneira que é possível, por meio da história do desenvolvimento de Goiás, identificar as possíveis causas de suas formas e conteúdos.

Nesse sentido, em primeira instância, a perspectiva dialética permite interpretar os usos e apropriações estabelecidos nas cidades coloniais barrocas,

ao considerarmos que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, ou seja, a conformação vigente da cidade colonial é a expressão singular da universalidade impressa por essa classe. O patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, de um devenir universal-particular (Costa, 2015, p. 52).

Marcos históricos da dinâmica social, política, econômica e cultural de Goiás, tais como o apogeu e a crise das atividades auríferas, a migração e a permanência da população que se voltava para outras atividades econômicas, as políticas incentivadoras da reocupação do Centro-Oeste brasileiro e as ideias desenvolvimentistas, são explicativos para situar o patrimônio goiano.

Por exemplo, Guimarães (2012, p. 66) explica que “as análises sobre a província [de Goiás] privilegiam o passado, ficando a história presa no mito da existência de um período áureo, e

toda a discussão sobre os problemas do presente volta-se para aquele período justificador de todos os problemas existentes no presente”. Nesse sentido, uma crítica alinhada com a combinação entre as escalas geográficas do acontecer histórico também favorecem o entendimento dessa condição das cidades goianas. Ou seja, para o desvendamento desta suposta condição de esquecimento que propomos tratar, faz-se necessário uma análise histórica como caminho para pensar a dialética entre o antigo e o atual, a estagnação e o desenvolvimento, o atraso e o progresso. Mas a leitura do patrimônio que propomos não se encerra aí.

O percurso para a análise do patrimônio em Goiás e sua condição passam, inevitavelmente, pelos “caminhos do ouro”. A raiz histórica da urbanização do sertão goiano nasceu no estatuto colonial, que, na busca pelo ouro e por pedras preciosas, estendeu-se de Minas Gerais, na bacia do Parnaíba, até o vale do Araguaia-Tocantins, onde se situavam as que foram chamadas “Minas Goyazes”.

Apesar do estado de Goiás ser constituído, em grande medida, por cidades relativamente recentes, fundadas ou emancipadas no século XX, há muitas cujas datas de fundação remetem aos primórdios dessa ocupação, a maioria pelas atividades da mineração, tais como Santo Antônio do Descoberto (1722), Crixás (1726), Goiás (1726), Pirenópolis (1727), Guarinos (1729), Santa Cruz de Goiás (1730), Corumbá de Goiás (1731), Traíras (1735, hoje na categoria de povoado), Catalão (1736), Cavalcante (1740), São Francisco de Goiás (1740), Pilar de Goiás (1741), Mara Rosa (1742 - antigo povoado de Amaro Leite), Porangatu (entre 1744 e 1754, como Arraial do Descoberto), Iporá (1748 - antigo Arraial de Pilões), Niquelândia (1755, antigo povoado de São José do Tocantins), Luziânia, (1759, antigo povoado de Santa Luzia), Formosa (1760), Teresina de Goiás (meados do séc. XVIII), Monte Alegre de Goiás (1769), Mossâmedes (1774), Silvânia (1774 - antigo Arraial de Bonfim), Jaraguá (1785), São Domingos (antigo Arraial Velho - fins do séc. XVIII), para não mencionar as que hoje compõem o estado do Tocantins. Algumas destas, por seu posicionamento geográfico ou político, foram inseridas em novas atividades que alavancaram o desenvolvimento econômico e a modernização de seu território (CHAUL, 2010), sobretudo no contexto da Marcha para o Oeste. Outras, por sua vez, refletem uma situação de relativo abandono e estagnação populacional por não terem se inserido nos eixos de desenvolvimento, fato somado à negligência em relação à parte considerável do patrimônio material ainda existente.

Partindo desta origem, o espaço goiano foi entendido, por parte da produção científica da historiografia regional, com base em três fases que nos permitem propor uma síntese. A **primeira fase** inicia-se com a ocupação para exploração aurífera, a partir de 1722. As minas dos Goyazes, como foi denominada a região governada por Bartolomeu Bueno, era considerada parte da capitania de São Paulo. A década de 1750 foi o apogeu dessa atividade no estado, vindo depois disso o seu declínio. A mineração ainda resistiu até o início do século XIX, mas as décadas que se seguiram após 1750 são conhecidas pela ideia da “decadência”.

A produção de ouro, que poderia viabilizar novas composições artísticas e urbanísticas de produção na região, ou era remetida para Portugal sob a forma de quintos, ou era contrabandeada, restando pouco para os próprios núcleos urbanos que se formavam. A opulência artística do barroco goiano era restrita e relegada ao segundo plano.

Além disso, há uma ideia de “senso do provisório”, que é uma característica do período colonial. As plantas originais dos edifícios oficiais, como a Câmara e Cadeia, Igrejas e Palácio vinham diretamente de Portugal. Contudo, estas plantas eram simplificadas ante a falta de recursos e profissionais, de forma que muitos elementos decorativos inerentes ao barroco eram suprimidos (Coelho, 1996).

Ao visitar grande parte das antigas povoações de Goiás, Etzel (1974) encontrou, sobretudo em igrejas setecentistas, manifestações de uma arte barroca criada por um conglomerado populacional, cujas características se ajustam perfeitamente à expressão artística da época. Em cada uma dessas localidades Etzel (1974, p. 187) analisou os resíduos do ciclo do ouro que representa, segundo suas próprias palavras, “um barroco peculiar às condições próprias deste sertão longínquo”, cuja descrição “permitirá reconstituir, na fantasia de cada um de nós, o que foi o fausto goiano do século XVIII”. Segue-se uma visão generalizada das observações:

Observando-se o exterior das construções do século XVIII no Estado de Goiás, logo se destaca a pobreza em ademanos barrocos. Via de regra, as igrejas são simples, lisas, sem maiores preocupações arquitetônicas, muito de acordo com as características de época já assinaladas. Esta constatação reforça nossa opinião sobre a pobreza dos recursos não oficiais, únicos que então existiam para a assistência aos devotos nas suas construções religiosas. É no interior dos templos que se evidencia um apuro maior no afã de enaltecer a glória de Deus. Na pobreza do meio aurífero

todas as igrejas, sem exceção, têm apenas os altares de construção barroca ou posterior neoclássica. Não encontramos igrejas com riqueza de talha cobrindo suas paredes laterais ou emoldurando quadros a óleo, como se pode observar em certas igrejas mineiras ou nas portentosas construções religiosas da orla marítima. [...] Goiás, pobre, cingiu-se aos altares, que contêm em sua simplicidade despreziosa elementos de construção inegavelmente barroca, indicando uma aplicação, ainda que modesta, das técnicas em uso no século XVIII (Etzzel, 1974, p. 186-7).

Na literatura revisada, é notório o vínculo indissociável entre a tipologia do barroco encontrada nas cidades da mineração e a imagem de atraso, decadência e isolamento apregoada pela historiografia de Goiás, construída sobre as bases de relatos de viajantes, sobretudo no período pós-mineratório. Um olhar, de certa forma, embotado pela realidade europeia.

A vida econômica estruturava todas as outras dimensões da vida, por isso, qualquer mudança na base da economia gerava um enorme desgaste, levando aos períodos marcados na memória como a “decadência”. Sabe-se que não houve “uma decadência”, talvez tenham ocorrido várias decadências em momentos distintos nas cidades, de forma que “algumas, inclusive, desapareciam do mapa, outras, reintegravam-se nos aportes vindouros” (Chaveiro, 2004, p. 99).

A instauração da República, nesse sentido, tem relação direta com o desenvolvimento de muitas cidades brasileiras em detrimento da inércia de outras. Goiás abria-se para os ideários da “modernidade”, nas palavras de Chaul (2010), ideia que sobrepujou a dita e difundida “decadência”. Isso justifica o tratamento dado às cidades que não corresponderam às ideias de modernização difundidas, sobretudo, a partir da Segunda República no Brasil.

A **segunda fase** diz respeito à construção da Estrada de Ferro, marcando a chegada da modernização do estado. No fim do Império e início da República, o avanço da malha ferroviária paulista rumo às regiões centrais do Brasil, significou a melhora das condições precárias da produção provincial por meio da extensão dos trilhos das ferrovias paulistas ou mineiras. Nesse mesmo período ocorre a construção da nova capital, Goiânia, juntamente com políticas incentivadoras de ocupação da região.

No plano nacional, a República já representou uma primeira fase desse ideário, por meio de alterações políticas e sociais. Em Goiás, políticos e ideólogos buscaram a todo custo inserir a região no pretendido projeto de nação, cujo

objetivo era garantir a unidade e identidade nacionais. A tradição foi subestimada, o passado histórico foi negado e uma ruptura completa foi proposta: a modernização como sinônimo de progresso. Esse consistia no projeto brasileiro de modernidade.

O abandono de áreas exploradas por determinadas atividades econômicas é questão sumária para uma sondagem da trajetória do patrimônio material construído no século XVIII. É evidente que, apesar do projeto político econômico dedicar-se ao desenvolvimento pelas vias da integração do território nacional, no qual Goiás exerceria um papel fundamental de intercâmbio, tal projeto ao mesmo tempo teve um caráter segregacionista. As primeiras décadas do século XIX foram determinantes para que muitos povoamentos ao norte do estado sucumbissem, e outros, ao sul, tentassem romper como passado colonial do estado.

Os temas “ordem e progresso” foram seguidos pela égide da racionalização do espaço e do aniquilamento da visão de mundo sertaneja predominante em Goiás, tida como desprovida de cálculo e planejamento.

De acordo com Chaveiro (2004, p. 112-113), a solução seria forjar um pensamento crítico intencionado a modificar a rota do “isolamento”. A isso, posteriormente, convencionou-se denominar “integração”. Segundo o autor, a unidade sertão-litoral possibilitaria ao país a integração mercantil, a descoberta e exploração de territórios, bem como a modernização necessária para vencer o “atraso” e o “isolamento”.

A **terceira fase** refere-se à expansão da fronteira agrícola e a evolução da ocupação e uso do espaço do estado em substituição ao modelo da Fazenda Goiana^{iv}, que se estende até o momento atual. Nessa fase, o movimento que induziu a modernização das cidades brasileiras, legando à Goiânia o título de capital moderna do sertão, e o desdobramento de ações políticas em Goiás foram simultâneos ao movimento inicial que formulou as teses acerca do patrimônio cultural brasileiro. Obedecendo à especificidade do caso brasileiro em relação à invenção do “patrimônio nacional”, a trajetória do patrimônio em Goiás estava contextualmente imersa na relação dicotômica e dialética entre “conservação do passado” e “modernização do presente”, mas fora marcada substancialmente pela segunda. Exatamente por isso, várias contradições recorrentes em todo o processo de patrimonialização no Brasil retardaram o reconhecimento do patrimônio cultural de muitas cidades e, de forma geral, impossibilitaram a conservação de seus bens, gerando um “esquecimento” sobre o mesmo.

Oliveira (2010) defende a existência de originalidade e excepcionalidade na arquitetura colonial goiana, pois em sua produção houve uma interpretação e vivência das circunstâncias do lugar que, embora produzisse ambientes construídos semelhantes a outros, se diferiu por expressar uma experiência própria. Entretanto, poucos bens que corresponderam a essa tipologia de “versão popular” foram inventariados pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com dois únicos exemplares tombados em São Paulo.

Aliás, essa discussão ainda estava muito restrita a algumas regiões do país. Em Goiás, não se evidenciou algum tipo de apelo à conservação nos discursos políticos. Ao contrário, as cidades cresciam à sombra do anseio pela modernização, e sua população e representantes políticos não só reproduziam contumazmente a ideia do progresso e da integração nacional como salvação, como rejeitava qualquer possibilidade de restauro – algo que confirmamos em diversos arquivos de correspondências trocados entre a Superintendência Regional do SPHAN e as prefeituras locais dos municípios pesquisados.

As práticas de preservação que se iniciaram na década de 1930, quando se deu a institucionalização patrimonial no Brasil, fizeram com que muitas cidades do Brasil sertanejo assistissem, marginalizadas, a consagração das cidades históricas mineiras e do barroco como centralidade artística da estética e do pensamento. Goiás seguiu o caminho da modernização do território, desprezando suas reminiscências coloniais no espaço urbano.

Além disso, um outro aspecto a ser destacado sobre esta seletividade do patrimônio, é apresentado por Pelegrini (2006, p. 73):

No caso brasileiro, os especialistas tiveram que enfrentar alguns outros agravantes. A complexidade da proteção de um extenso e diverso acervo de bens, somado a dispersão desse patrimônio cultural em tão vasto território implicou em ações pontuais, por vezes, restritas a promulgação de leis e decretos específicos que ocasionaram desequilíbrios regionais e sociais. Tais dificuldades, justificadas pelos entraves financeiros e pelas grandes distâncias a serem vencidas, na verdade, dissimularam escolhas expressas em projetos políticos historicamente constituídos, nos quais se explicitou os bens dignos de perenidade e aqueles condenados a destruição.

Nesse processo de modernização empreendido em Goiás, talvez o ponto mais problemático em relação ao processo de

patrimonialização que começara a ocorrer quase simultaneamente na escala da nação, foi que, como corroborou Bertrand (2006, p. 66) “processou-se em tais condições, que arrasou, aniquilou por inteiro a noção de continuidade na história goiana. E não só de continuidade: provocou a ruptura do tecido cultural antigo, urdido com a velhice de dois séculos pregressos de história”.

Em síntese, a concepção materialista histórica e dialética nessa primeira análise escalar se mostrou necessária à compreensão do patrimônio goiano por este se manifestar, simultaneamente, como um reflexo e como uma condição social, e pelo reconhecimento da dimensão histórica na relação entre este patrimônio e a imagem que se projetou do mesmo. A história de fundação de muitas cidades goianas e a sua atual situação em termos de representatividade histórica e patrimonial são muito semelhantes e estão inseridas em um contexto muito próximo. Daí a importância de encontrarmos estes elos enredados, tanto pela relação entre lugares, quanto pelo tempo.

Entretanto, concordamos com Ortiz (2012, p. 135) ao resguardar a memória nesse processo, defendendo que “a memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente no seu cotidiano”. Enquanto na memória nacional se instaurava a ordem de uma ideologia que se impunha a todos os grupos, a memória goiana manifestava-se ritualmente e tinha como pontos de apoio as diversas tradições cultivadas por grupos sociais restritos (mas não isolados) e predominantemente rurais.

3. A segunda escala de análise: a memória no/do lugar das cidades goianas

A pesquisa exigiu-nos também um olhar para o patrimônio como fenômeno em si mesmo, já anunciando uma atitude muito mais descritiva e interpretativa da experiência, do que explicativa e causal, no movimento histórico. O patrimônio é vivido e sentido em cada lugar como experiência única. A memória [que transita entre o individual e o coletivo] é o elemento fundamental da análise dessa dimensão do patrimônio, e ela não resulta do entrecruzamento de múltiplas causalidades, mas do retorno ao mundo anterior ao conhecimento.

Nesse sentido, a fenomenologia emerge como um canal para entender o mundo anterior à reflexão sobre ele, “uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra

maneira senão a partir de sua ‘facticidade’ ” (Merleau-Ponty, 1999, p.1).

A primazia ao mundo da percepção é, posteriormente, recobrada nos estudos sobre a memória. Se a percepção do espaço, para Merleau-Ponty, é capaz de exprimir a condição do *ser-no-mundo*, a memória escolhe lugares privilegiados de onde retira sua seiva, como reiterou Bosi (1992, p. 146): “As lembranças se apóiam nas pedras da cidade”. Henri Bergson dialoga nesse sentido, se ancorando na consciência perceptiva do próprio corpo, e desenvolve uma fenomenologia da lembrança, começando a indagação pela autoanálise:

O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado? Percebo, em todos os casos, que cada imagem formada em mim está mediada pela imagem, sempre presente, do meu corpo. O sentimento difuso da própria corporeidade é constante e convive, no interior da vida psicológica, com a percepção do meio físico ou social que circunda o sujeito (Bergson, 1999, p. 44).

Dito de outra forma, “a percepção dispõe do espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo” (Bergson, 1999, p.29). A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, concomitantemente, interfere no processo “atual” das representações.

Uma retomada às questões centrais que nortearam a pesquisa reafirma a importância dos fenômenos da consciência: Quais são os elementos nas cidades investigadas que denotam a *resistência* do patrimônio ante ao processo de “esquecimento” a que elas foram submetidas? Que memórias se associam a este patrimônio e como fortalecem o sentido de *lugar*?

Do ponto de vista metodológico, essa análise se volta para a forma como o sujeito se situa perante o fenômeno, ou seja, para a própria experiência e vivência com o patrimônio. Enfim, “não substituí o próprio mundo pela significação do mundo” (Merleau-Ponty, 1999, p.9). As formas de *resistência* do patrimônio nessas cidades independem de quaisquer significações a elas atribuídas, e revelam a consciência do mundo dos sujeitos legada por suas próprias experiências.

O conceito de *lugar* como reflexão geográfica não é gratuito. Entre os temas principais dos filósofos fenomenologistas está a relação ontológica ser-lugar, na qual aprofundam o sentido de *lugar*, vinculado de várias formas à paisagem e ao território, enquanto essência da experiência geográfica (*ser-no-mundo*) (Marandola, 2014). É inegável que existe algo na disposição espacial que “torna inteligível nossa posição no mundo, nossa

relação com outros seres, o valor do nosso trabalho, nossa ligação com a natureza. Esse relacionamento cria vínculos que as mudanças abalam, mas que persistem em nós como uma carência” (Bosi, 1994, p. 451).

Esses sentidos foram identificados em trabalhos de campo e interpretados como elementos da patrimonialidade^v. Assim, apesar desse patrimônio ter significativa parte de sua base material destruída ou estar em deterioração/esquecimento, há uma dimensão do patrimônio representada em cada sujeito, expressa em suas narrativas sobre as festas do *lugar*, sobre suas casas de morada (moradas da infância, fazendas, etc.), sobre as ruas por onde transitam no cotidiano e que guardam um sentido especial para cada um, sobre os variados monumentos de referência na cidade (sinos, chafarizes, poço, praças), entre outros. Estes elementos foram descritos e interpretados nas cidades estabelecidas como recorte, não como objetos pensados, mas como fenômenos que dão sentido ao mundo presente; como aquilo que fundamenta a vivência dos moradores com seu patrimônio; e, por meio de suas articulações com as identidades, nutre a memória que se tem do *lugar* onde se vive.

No processo de levantamento descritivo dos dados observados em trabalhos de campo, bem como no trato das entrevistas semiestruturadas e narrativas, encontramos uma “unidade de valor” da consciência percebida na “ruralidade” como essência do *lugar*. Essa unidade manifestou-se na repetição dos sentidos atribuídos às festas, aos modos de fazer, aos saberes, aos locais, às relações sociais, aos objetos, aos símbolos, entre outros.

Cientes dessa necessidade de conceber a espacialidade do patrimônio e da memória e de que as relações sociais que as envolvem se materializam no espaço e ganham significações em sua dimensionalidade vivida, é que recorreremos ao uso conceitual do “*lugar*” para fundamentar inclusive a própria a ideia de *resistência*.

No “*lugar*”, enquanto “mundo-vivido” (Buttimer, 1982), é que emergem os sentidos de pertencimentos, de familiaridades, de segurança, de costume, de lembrança do passado. Tais sentidos adquirem maior expressão quando as materialidades do *lugar*, em sua permanência (ou ausência), tornam-se parte das vivências e significações atribuídas por seus habitantes.

Para Tuan (2013), o “lugar-mundo-vivido” possui o movimento do cotidiano e da história, mas é visto, sobretudo como “pausa”, evidenciando a construção da familiaridade pelo encontro das experiências em comum. A relação simbólica com o *lugar*, com os espaços da cidade,

associa-se a sentimentos de segurança, de estabilidade, de acolhimento, de costume, de conforto e da sensação de ser algo conhecido pelas pessoas.

Nesse percurso, encontramos uma “unidade de valor” da consciência. Esta foi percebida na “ruralidade”, como essência dos antigos moradores dos *lugares*, e que agora chega aos novos moradores. Essa “unidade de valor” enlaça os vários elementos abarcados na pesquisa:

- Nas festas: como produção simbólica, não institucional e sim, comunitária. No caso específico Festa do Divino Espírito Santo, realizada em muitas cidades goianas, trata-se de uma herança do período colonial minerador que adentrou a consolidação da agropecuária e persistiu no contexto da urbanização e modernização das cidades. Os cânticos das mais variadas folias, que passando de geração a geração sem sequer serem manuscritos (pois eram práticas de pessoas iletradas), permanecem na memória dos mais velhos e são objeto de aprendizado dos mais novos.
- No apego às tradições e aos locais: o que pode ser explicado pelas memórias contidas em objetos, práticas e *lugares* que circundam o universo rural e estão relacionadas, muitas vezes, à vida pregressa dos sujeitos nesse universo. Por exemplo, nos objetos antigos herdados das famílias, como presépios e lapinhas, que carregam com eles preciosas lembranças e orientam uma prática de preservação afetiva.
- Nos modos de fazer e de sentir, que alinhavam, no fundo de um tecido coletivo, a profundidade de seus saberes: saberes de roça e de sertão. Por exemplo, na culinária, em torno da qual se constitui discursos identitários sob a prerrogativa de que muitos pratos sejam próprios daquele *lugar*, trazidos pelos escravos ou pelos primeiros habitantes.

Em síntese, o patrimônio que resiste nas cidades goianas é a afirmação do patrimônio negado historicamente. A dialética se revela aí. A patrimonialidade é a negação do “esquecimento” do patrimônio goiano, evidenciando que não existe um “esquecimento” total, pois o mesmo foi afirmado ininterruptamente nas tradições, valores, ruralidades, práticas seculares que resistiram sem registro, sem tombo e sem visibilidade.

4. Considerações Finais

As duas escalas apresentadas na pesquisa são dialéticas, pois entendemos que a *resistência* do patrimônio goiano, que é local, comunitária ou mesmo familiar, se retroalimenta ante a ameaça de modernização, desenvolvimento e transformação socioespacial, investindo-se de força em nome de uma continuidade histórica. O patrimônio resiste à modernização, mas ele próprio se insere na modernidade, sem a qual não seria possível resistir.

Mais do que uma análise restrita ao que restou do patrimônio histórico material na paisagem e das ações de preservação institucional, buscamos evidenciar as relações sociais de uso dos patrimônios culturais para compreender a forma como sua apropriação por parte das populações locais constituem-se *resistências* às supostas ameaças ao patrimônio, a saber: a modernização do território, o uso mercadológico, ou ainda, a negligência política.

Quando se sujeita a memória coletiva ao patrimônio institucionalizado, assume-se o risco de deslocar para outra dimensão os sentidos atribuídos pelos sujeitos aos objetos patrimoniais, que não é o a da vivência e o da experiência.

Como bem pontuou Paes (2012, p. 320), uma análise geográfica e crítica sobre o patrimônio nas cidades históricas deve descentralizar “as teorias ligadas ao restauro, ou às formas, e põe em evidência as relações sociais de uso destes patrimônios culturais, de modo a revelar a apropriação e a reprodução do lugar, em permanente resposta, domínio ou resistência às verticalidades a ele impostas”. Afinal, a patrimonialização oferece o sentido de continuidade da história pela preservação e reprodução social do passado, mas “é no presente que a trama da vida é tecida, permanentemente, com os objetos, as ações e os sentidos da realidade socioespacial” (Paes, 2012, p. 320).

Assim, evidenciamos uma dinâmica própria de *resistência* do patrimônio de Goiás em muitas de suas cidades. Ainda que não permaneça na materialidade, ou não se inclua nos projetos de patrimonialização nacionais, esse patrimônio se mantém no vivido: valores, práticas simbólicas, lembranças e vivência cotidiana, podendo mesmo ser locais, pequenas e até familiares. A *resistência* do patrimônio se manifesta não pelo viés da patrimonialização, mas sim, da patrimonialidade.

Expressões variadas são encontradas nestas cidades, negando a ideia de “esquecimento”, ou de “decadência”, e se constituindo o próprio combustível de continuidade do *lugar*, da memória, e por que não dizer, do patrimônio. Afinal, “história é para todos, o patrimônio é apenas para

nós mesmos” (Lowenthal, 1996, p. 128).

Notas

ⁱConsideramos a *resistência* como a própria memória, que estabelece o elo entre o passado e o presente, gerando sentidos de patrimonialidade pelo *lugar*, ainda que não este seja reconhecido institucionalmente. A *resistência* do patrimônio escapa às práticas-discursivas de preservação, por ora existentes, se manifestando não pelo viés da patrimonialização, mas sim, da patrimonialidade, que se expressa pelo sentido de *lugar*.

ⁱⁱEntre os temas principais dos filósofos fenomenologistas está a relação ontológica ser-lugar, na qual aprofundam o sentido de lugar, vinculado de várias formas à paisagem e ao território, enquanto essência da experiência geográfica (ser-no-mundo) (Marandola, 2014).

ⁱⁱⁱSobre a intuição, referimo-nos aos vários modos de consciência sobre algo. Para a fenomenologia, não importa se algo existe ou não, ou como existe no mundo, mas a maneira pela qual o conhecimento do mundo ocorre como intuição, o ato pelo qual a pessoa apreende imediatamente o conhecimento de algo (*ser-no-mundo*).

^{iv}Entendemos a Fazenda Goiana como “a organização espacial que particulariza a estrutura socioeconômica de Goiás entre o final do século XVIII e início do XX, num ordenamento estrutural marcado pela auto-sustentabilidade e diversidade produtiva, pelo patriarcalismo, pelo tempo lento, pela troca simples, pelo coronelismo, pelo cristianismo, pelo latifúndio, pela subordinação dos núcleos urbanos ao rural, dentre outros” (Borges, 2011). Essa condição revela uma dinâmica apresentada nas teses de Estevam (2008) que afirma que a pecuária é a essência da civilização caipira e do mundo sertanejo, e de Teixeira (2008, p. 3): “por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram”.

^vTermo cunhado por Poulot (2009), entendido como reconhecimento, apropriação e valorização do bem pelos sujeitos que o vivenciam e o representam. Poulot (2009) diferencia a patrimonialidade do fenômeno de patrimonialização, designando a primeira como “a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo” (2009, p. 28).

5. Referências bibliográficas

- Bergson, H. (1999). *Matéria e Memória: Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo-SP: Martins Fontes.
- Bertrand, P. (2006). A memória consútil e a modernidade. *Revista UFG*, VIII (1), pp. 62

- 67. Recuperado de <http://www.proec.ufg.br/up/694/o/memoria.pdf>
- Borges, J. C. P. (2011, 10 de dezembro). A fazenda goiana: matriz espacial do território e do mundo sertanejo em Goiás. *Territorial*. Recuperado de <http://www.cadernoterritorial.com/news/a-fazenda-goiana-matriz-espacial-do-territorio-e-do-mundo-sertanejo-em-goias-julio-cesar-pereira-borges>
- Bosi, E. (1992). Memória da cidade: lembranças paulistanas. In M. C. P. Cunha (Org.), *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania* (pp. 145-149). São Paulo-SP: Departamento do Patrimônio Histórico/ SMC/ Prefeitura do Município de São Paulo.
- Bosi, E. (1994). *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. São Paulo, SP: Companhia das letras.
- Buttimer, A. Apreendendo o dinamismo do Mundo Vivido. In A. Christofletti (Org.), *Perspectivas da Geografia* (pp. 165 – 93). São Paulo, SP: Difel.
- Chaul, N. F. (2010). *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia, GO: Ed. UFG.
- Chaveiro, E. F. (2004). A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia. In H. Gomes (Org.), *O Espaço Goiano: abordagens geográficas* (pp. 93-144). Goiânia, GO: AGB.
- Chuva, M. (2009). *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Chuva, M. (2012). Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In M. Chuva & A. G. R. Nogueira (Orgs.), *Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil*, (pp. 67 – 74). Rio de Janeiro, RJ: Mauad X: FAPERJ.
- Coelho, G. N. (1996). *Goiás: uma reflexão sobre a formação do espaço urbano*. Goiânia, GO: Ed. UCG.
- Costa, E. B. (2015). *Cidades da Patrimonialização Global: simultaneidade totalidade-urbana – totalidade-mundo*. São Paulo, SP: Humanitas, FAPESP.
- Costa, E. B. (2016). Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder. In *Anais do XIV Colóquio Internacional de Geocrítica* (pp. 1-30, v. 1). Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Costa, E. B. (2017). Ativação popular do patrimônio territorial na América Latina: notas teórico-metodológicas. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, 26 (2). Recuperado de <http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v26n2/>

- [0121-215X-rcdg-26-02-00053.pdf](#)
- Costa, E. B. & Scarlato, F. C. Patrimônio da Humanidade: universalismo de um apoderamento territorial soberano. In E. B. Costa, L. B. Brusadin & M. C. Pires (Orgs.). *Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder*, (pp.103 – 136). São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Etzel, E. (1974). *O barroco no Brasil: psicologia e remanescentes em São Paulo, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul*. São Paulo, SP: Melhoramentos.
- Fonseca, M. C. L. (1997). *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. UFRJ: IPHAN.
- Guimarães, R. (2012). *A região norte e a historiografia: insulamento e decadência como categorias explicativas da história da província e do estado de Goiás*. In *Anais do Simpósio Internacional de História Pública* (pp. 60 – 71). São Paulo, SP: RBHP.
- Jodelet, D. (2009). A cidade e a memória. In V. Del Rio, C. Rose & P. A. Rheingantz (Orgs.), *Projeto do Lugar: colaboração entre Psicologia, Arquitetura e Urbanismo*, (p. 31 - 43). Rio de Janeiro, RJ: Contracapa.
- Lima, L. N. M. (2017). *Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o “esquecimento” e a resistência* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília-DF.
- Lima, M. F., Filho (2009). Da Matéria ao Sujeito: inquietação patrimonial brasileira. *Revista de Antropologia* (USP), 52 (2), pp. 605 – 632. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27320/29092>
- Lowenthal, D. (1996). *Possessed by the past: the heritage crusade and the spoils of History*. Nova York: The Free Press.
- Luchiari, M. T. D. P. (2005). A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, (17), pp. 95 - 105. Recuperado de <https://pt.scribd.com/document/59395281/Reinvencao-do-patrimonio-Maria-Tereza>
- Luchiari, M. T. D. P. (2006). Patrimônio cultural: uso público e privatização do espaço urbano. *Geografia (Rio Claro)*, 31 (1), pp. 47 - 60. Recuperado de <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1339/2042>
- Marandola, E. J., Jr. (2014). Sobre ontologias. In E. J. Marandola Jr., W. Holzer & L. Oliveira (Orgs), *Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia*, (pp. III – XVII). São Paulo, SP: Perspectiva.
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Oliveira, A. M. V. (2010). *Fazendas Goianas: a casa como universo de fronteira*. Goiânia, GO: Ed. UFG.
- Ortiz, R. (2012). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Paes, M. T. D. (2012). Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Geografia (Rio Claro)*, 37 (2), pp. 319-334. Recuperado de <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/7695/5758>
- Paes, M. T. D. (2015). As cidades coloniais brasileiras: ideologias espaciais, valores histórico, urbanístico e cultural. *GEOgraphia*, 17 (33), pp. 41 – 68. Recuperado de <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/786/525>
- Pelegrini, S. C. A. (2006). O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetória do debate sobre a preservação no Brasil. *Patrimônio e Memória*, 2 (2), pp. 54-77. Recuperado de <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/37/445>
- Poulot, D. (2009). *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo, SP: Estação Liberdade.
- Teixeira, A., Neto. (2008). *Pequena história da agropecuária goiana (o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!)*. Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás.
- Tuan, Y. F. (2013). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina, PR: Eduel.

Como citar este artigo

Lima, L. M. N. (2018). Uma leitura do patrimônio goiano: perspectivas escalares e metodológicas. *PatryTer*, (1), 1, pp. 34-43. DOI: <https://doi.org/10.26512/patryter.v1i1.7085>